

(Texto com revisão.)

Pauta: [PLCE nº 015/22](#)

 **PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** (19h04min) Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. Desejo a todos uma boa reunião, sejam bem-vindos. De imediato passo a palavra ao Sr. Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Boa noite a todos. Procederemos à leitura do edital (Lê.):

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROCESSO 118.00356/2023-11 AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 15/22, QUE TRATA DE FUNDOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 11 de julho de 2023, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/138255>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 03 de julho de 2023. **VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER**, Presidente.

A nossa audiência pública vai se desenvolver da seguinte maneira: inicialmente nós colocaremos à disposição, por dez minutos, uma fala por um representante do requerente da audiência, que é o SATED. Por gentileza, pode entrar em contato aqui conosco para, depois, abrirmos a palavra. Posteriormente falará uma representação do governo municipal, que é o autor do projeto, que são os colegas Marcelo Fernandes e a Alana Figueiredo. E a partir deste momento, a partir de agora, nós vamos passar a receber pelo *chat*, dez inscrições de pessoas que desejam se manifestar. Na inscrição deverá ser colocada a palavra “inscrição”, o nome e um sobrenome da pessoa para os nossos registros. Então, as inscrições já estão abertas. Consulto agora o requerente, o SATED, quem vai indicar para iniciar o debate como requerente.

SR. LUCIANO FERNANDES: Eu gostaria de indicar a Tânia Farias.

SRA. TÂNIA FARIAS: Boa noite, Luciano, boa noite a todas, todos e todes, eu quero passar a palavra ao Hamilton Leite, que vai falar pelo SATED.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Hamilton Leite está com a palavra.

SR. HAMILTON LEITE: Boa noite, o que nos levou a colocar esta audiência pública é que, em primeiro lugar, a gente queria questionar o porquê de ela ser virtual, por que ela não é presencial, eu acho que seria melhor para nós todos que ela fosse presencial. Até porque o teatro, a cultura ela é presencial, e a gente está aqui questionando e está trazendo o sindicato para conversar sobre isso. Uma outra questão que a gente vê também é o esvaziamento dos 3% do Fundo de Participação dos Municípios do Fumproarte, que é retirado. E a gente acha que, em nenhum momento, o governo também propõe uma nova alternativa para isso. Ou seja, nós temos aqui também uma proposta, na Câmara Municipal de Vereadores, da Lei de Incentivo à Cultura, que propõe uma verba específica, já conversado com a Fazenda, para que seja colocada na LIC, mas o Fumproarte ele fica com um vazio do nosso ponto de vista. Outra questão é o Funphac, que infelizmente nós fechamos um fundo do patrimônio histórico, porque os fundos, na realidade, não têm interesse, não é a questão do Executivo, os fundos são para que a sociedade civil trabalhe com o Executivo, esse foi o fundamento quando se criaram os fundos na década de 1990, de 1980. E aí eu pergunto, a gente está fechando dez fundos, o Fundo de Reciclagem, que não tem nada a ver com a cultura, apesar que nós somos SATED, como é que a gente vai fazer essa verba da reciclagem? Será que não é importante a gente conversar sobre a reciclagem hoje? Será que isso não é uma das demandas sociais que a gente tem superforte? E será que a gente passando isso para um fundo de segurança, e não tenho nada contra a segurança, muito pelo contrário, acho que nós temos

que ter, e acho que a cultura, acho que a reciclagem, acho que a ciclovias, acho que tem vários fundos aqui que estão sendo questionados, é importante a gente se ater a eles, por quê? Porque não é só o Executivo que faz a reciclagem, a reciclagem é feita por vários trabalhadores, o Fumproarte é para trabalhadores de cultura. E é esse o nosso questionamento que a gente traz, porque o governo municipal está propondo já uma LIC, e, veja bem, nós estamos suprimindo o Fumproarte, como que a gente pode ter a mesma verba para LIC e para o Fumproarte? Ou como a gente pode fazer isso? Como a gente pode fazer emendas parlamentares? O que eu não vejo é que nós estamos extinguindo vários fundos, mas não estamos propondo alguma coisa nova, nós estamos falando que toda a verba desses fundos vai para a segurança e para a questão da... E como vai ser a verba do Fumproarte? O Funcultura ainda continua com os 3% do Fundo de Participação dos Municípios, mas como a gente pode conversar, através de emendas, através de como a gente pode ser propositivo de construir isso juntos. Essa é a grande questão. É isso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Hamilton. Vamos passar agora a palavra para o representante do Executivo Municipal, Sr. Marcelo Fernandes, da Secretaria Municipal da Fazenda.

SR. MARCELO FERNANDES: Boa noite a todos e todas. Gostaria de dizer que é um enorme prazer, eu estou na condição de técnico, representando a Secretaria Municipal da Fazenda, e pretendo prestar os esclarecimentos relativamente a essa questão da extinção dos fundos. De qualquer modo, eu cumprimento o Presidente Hamilton Sossmeier, por meio do qual cumprimento os demais membros do Legislativo presentes à reunião, bem como a todos os participantes dessa reunião. Inicialmente eu só queria fazer um rápido esclarecimento quanto à questão dos fundos.

Os fundos são uma técnica orçamentária e financeira que o governo pode fazer uso com vistas a contingenciar, tendo em vista deliberação legislativa por meio de interesse da sociedade, determinados recursos públicos para fins específicos.

Ele é uma maneira de proteger e aprimorar determinadas políticas públicas, por meio da vinculação de recursos, sejam recursos próprios, recursos derivados, recursos advindos de transferências constitucionais para determinada despesa, que atenda determinado segmento da sociedade. Os fundos têm uma característica própria, que é uma participação de um coletivo na gestão, no encaminhamento das verbas, e também de uma determinada prestação de contas, que é específica também para fundos, sejam eles municipais, estaduais ou federais. O que ocorre é que, ao longo da gestão nesses fundos, tendo em vista a mudança das características da sociedade, a mudança do cenário, a mudança das demandas sociais, alguns fundos ficam com uma movimentação abaixo do mínimo, inclusive alguns chegam a ter uma movimentação próxima de zero. O que ocorre? Mesmo com essa baixa movimentação, esses recursos, tendo em vista as leis orçamentárias, eles têm que continuar a ser contingenciados, isso aí gera uma demanda a mais para o gestor que tem que, por meio de lei, também descontingenciar esse valor para aplicar esse recurso que não foi usado no fundo em outra política pública. Inclusive a lei prevê essas hipóteses de extinção, modificação, alteração dos fundos justamente para flexibilizar esses recursos e deixar com que eles sejam aplicados de maneira mais ágil em alguma política pública que seja mais urgente para alguma necessidade social específica.

Nos casos deste presente projeto de lei, a gente tem algumas alterações que são realizadas. Em alguns fundos houve a extinção, houve a retirada de um percentual, houve aglutinação de dois fundos e a criação de outro. Especificamente nesses casos, esses fundos que estão sendo aglutinados ou alterados, especificamente a segurança pública e defesa civil, tendo em vista que são necessidades muito presentes na sociedade, eles obviamente não vão ser extintos, eles vão ser apenas aglutinados em um fundo específico, que, quando for necessário um recurso maior para segurança pública, vai para segurança pública, e quando for necessidade maior da defesa civil, como atualmente temos a questão do ciclone, vai para defesa civil. Quanto aos outros fundos, realmente foi uma questão meramente contábil, optou-se pela questão

da extinção dos fundos por uma questão de aprimoramento na gestão dos recursos orçamentários e financeiros. Essa é a questão técnica.

Acerca das colocações que o colega de audiência expôs, realmente é uma decisão política, que eu acho que pode ser tratada em seara própria. Em princípio, são essas as minhas considerações e me coloco à disposição para novos esclarecimentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Marcelo. O Sr. Caco Coelho está com a palavra.

SR. CACO COELHO: Primeiramente, boa noite, uma saudação a todos, ao querido amigo Luiz Afonso, estivemos juntos na batalha da construção de um fundo de fomento ao trabalho continuado, que nunca foi implementado na forma como se desejou, de maneira unânime pela Câmara dos Vereadores, de forma uníssona pela cidade. Eu vou lembrar uma expressão do nosso querido mestre e centenariano, Darcy Ribeiro, cada vez que nós não investimos em cultura, nós vamos necessitar daqui a pouco investir em presídios. O nobre e querido representante da Fazenda disse a palavra correta, exata, os fundos são para proteção da sociedade; esta sociedade, nós, especificamente artistas que vivemos infelizmente à margem – ainda hoje estava ouvindo o Gilberto Gil dizer exatamente isso –, trata-se a cultura como se ela fosse uma coisa supérflua, e ela é mais necessária, muitas vezes, do que o próprio pão. Então eu fico absolutamente estupefado, o Luiz há de lembrar que o presidente da Casa é hoje o prefeito, quando nós aprovamos a lei de fomento, o Sebastião Melo era presidente da Casa e se empenhou pessoalmente para que de forma unânime nós tivéssemos aprovado mais um fundo direcionado à cultura. Então o que eu penso é o contrário, em vez de extinguir fundos que não têm direcionamento financeiro, que se direcione dinheiro para esses fundos, e não os extingam. Era essa a minha palavra. O meu fraterno abraço. Não sei se o presidente continua aí, o vereador, e meu querido amigo, parceiro de caminhada, o Luiz, é exemplar no comando desta Casa, insubstituível no comando administrativo e técnico

desta Casa, fica este meu reparo, que, em vez de extingui-los, invista-se maciçamente o quanto que a cultura merece. Muitíssimo obrigado. Uma boa-noite a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Caco. A Sra. Jacqueline Custódio Está com a palavra.

SRA. JACQUELINE CUSTÓDIO: Boa noite a todos, todas e todes. Eu vou mais ou menos neste mesmo caminho que foi o Caco. Começo dizendo que o representante da Secretaria da Fazenda trouxe realmente que é uma questão de política pública, de interesse. Então me parece que, por exemplo, a cultura é colocada abaixo de qualquer coisa, porque é uma questão política que é falada, em termos técnicos, para contrapor que a movimentação é baixa nesses fundos. Eu já me reporto na ocasião da lei anterior, que extinguiu o Fumpoa, que era um fundo de investimento para proteção do patrimônio cultural privado e tinha uma estratégia de se colocar e de sempre poder ser disponível para aquele proprietário que precisasse manter o seu patrimônio. Agora, a extinção, então, é do Fumpahc, que seria o fundo de proteção então ao patrimônio cultural municipal, no caso. A gente tem visto coisas que são necessárias como, por exemplo, arrumar os monumentos da Redenção e agora teve a Confeitaria Rocco, a gente tem onde aplicar, a gente poderia ter um fundo que fosse maior se houvesse a fiscalização, se houvesse aplicação de multas que são necessárias para proteção do próprio patrimônio. Então as coisas têm uma ligação. Então eu também vou no caminho do Caco, e dizer que o que a gente precisa fazer é o contrário, é apostar na cultura, porque a cultura também vai trazer mais segurança, é isso que que a gente sempre fala, e se a gente for ver a dotação orçamentária para 2023 da Secretaria da Segurança, ela é mais que o dobro da cultura. Então, se a gente tem fundos que podem ajudar, podem ampliar a participação cultural no desenvolvimento da cidade, por que não. Então, como conselheira suplente do Conselho Municipal de Patrimônio, eu venho trazer esta posição do Conselho de que não deve ser extinto, ao contrário,

ele deve ser incentivado, deve ser repostado e deve atingir o que a gente pensa sobre a identidade, o patrimônio, enfim, de Porto Alegre como algo que a gente tenha que preservar. Era isso. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigada, Sra. Jacqueline. O Sr. Alex Cardoso está com a palavra.

SR. ALEX CARDOSO: Obrigada, Luiz, prazer te rever, está sempre aí na coordenação das audiências. Bom, primeiro, boa noite a todas e a todos, é um prazer estar junto com vocês novamente aqui fazendo estas discussões. Eu sou catador de materiais recicláveis, faço parte da cooperativa Ascat do fórum dos catadores aqui de Porto Alegre e do movimento nacional dos catadores, e atualmente eu sou estudante de antropologia social na UFRGS, sou estudante bem recentemente, comecei agora com 34 anos na 5ª série do ensino fundamental, fiz o EJA e atualmente estou fazendo mestrado agora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então a primeira questão que eu colocaria é em torno de palavras que, para nós, Porto Alegre parece que está esquecendo, que é participação, que é controle social, que é, enfim, a população deliberar sobre a cidade e tornar a cidade sua. Cada vez mais eu tenho percebido que a cidade tem se distanciado das suas populações e principalmente das suas populações mais marginalizadas, que são o povo da cultura, da arte, da reciclagem, dos idosos, das crianças, enfim, e aí eu sinto um amarguramento na nossa cidade, que está deixando de ser alegre para ser uma cidade mais centrada e mais elitizada, e isso me preocupa porque justamente, como cidadão de Porto Alegre, é óbvio que eu quero participar, quero tornar esta cidade como parte minha e fazer desta cidade realmente uma cidade feliz, uma cidade alegre. No campo que eu atuo, na reciclagem, eu sou catador desde criança, a gente tem definhado em Porto Alegre. Definhado! Lá nos anos 1990 foi encerrado o aterro da Zona Norte, foi construído 12 galpões de reciclagem, nós tínhamos 700 catadores e catadoras trabalhando, tinha uma renda de dois salários mínimos cada um, mais ou menos; 70% da população catadora é

mulher, todo mundo é 100% da periferia, é uma ocupação, a cidade se orgulhou muito disso. Nos últimos anos, nas últimas gestões a cidade tem privatizado o serviço, não tem feito educação ambiental, tem judiado das nossas cooperativas. Nossas cooperativas estão parecendo lixões com paredes porque não tem investimento, não tem contrato, não tem pagamento por serviços. Ao mesmo tempo a cidade proibiu a circulação dos carrinhos e das carroças, ou seja, não cria uma alternativa para a reciclagem. A gente sabe que a reciclagem é uma coisa extremamente importante justamente porque ela vai atuar na questão da defesa ambiental. Como o colega anterior falou sobre a questão de quando a gente não faz investimento numa ponta, como o Darcy Ribeiro fala, se não se investe na educação, a gente vai depois investir em presídio, e parafraseando-o, eu digo que se a gente não investe em reciclagem, a gente vai, depois, ter que investir em saúde, então é uma complicação grande. E aí nós temos um problema, porque indo na fala do nosso camarada que está representando o governo, eu entendo esta questão prática que ele está falando, esta questão técnica, de que os fundos não estão ativos, não estão funcionando, e que é melhor este ativo voltar para o governo, para o governo decidir. Primeiro, eu enxergo que, em vez de ter uma participação pública em que os conselheiros dos fundos decidem, deliberam, discutem, vai uma carta branca para o estado decidir do jeito que ele quiser, ou seja, retrata a ótica da participação social. A segunda, que aí eu acho que é o problema que a gente está tendo, que é no nosso caso no fundo da reciclagem que nós criamos em 2014, há uma política para fazer com que o fundo não ande: não se cria equipe, essa equipe não reúne, quando reúne não consegue escrever os projetos, não consegue atuar para receptionar e aí faz com que as coisas não andem. Há uma ótica, uma lógica por trás para travar esses processos, e aí eu gostaria de dizer que a gente tem que manter os fundos, e ao invés de pará-los, tem que ampliar. E a Casa, os vereadores, a nossa Casa representativa teria que criar critérios para fazer com que o fundo conseguisse andar cada vez mais rápido, para que desburocratizasse, para que as pessoas, as suas comunidades, as suas entidades representativas pudessem acessar o fundo. Nós precisamos tanto de

reciclagem como precisamos de arte, de cultura, precisamos de lazer, precisamos de uma cidade acolhedora, precisamos de muito, e nós estamos aqui disponíveis para defender, para lutar e fazer com que este fundo e os outros todos possam permanecer. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Alex. Informamos que o número de 10 inscrições está completo. Se inscreveram mais Paula Medeiros, Daniel Gomes, Patrícia Melo, Núbia Vargas. O Sr. Nelson Khalil está com a palavra.

SR. NELSON KHALIL: Boa noite a todas, todos e todes. É realmente chover no molhado, parece que a gente está sempre discutindo exatamente a mesma coisa. Eu represento aqui o Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade, e a gente há muito tempo vem discutindo isso. Eu fico impressionado quando o representante da Secretaria de Fazenda, o representante do Executivo, vem e diz que é uma decisão política: “já que os fundos não funcionam, vamos acabar com eles”. A decisão política não tinha que ser exatamente o oposto? Parece-me que certa vez houve um estudo sobre o funcionamento dos conselhos desta cidade, chegou-se à conclusão que a Prefeitura não estava fazendo – e esta conclusão veio da própria Prefeitura – o que que lhe competia, de dar as condições para os conselhos funcionarem. E aí os conselhos não podem funcionar por incompetência dos conselhos. Poxa, mas quem não estava dando as condições aos fundos era a Prefeitura. Tem muitos fundos com poucos recursos, com quase nada, ou com recursos parados há algum tempo, e 99,9% das vezes é por culpa da Prefeitura, que como disse o colega anterior, faz de todo processo para impedir que isto funcione. Uma prefeitura municipal que tem o mecanismo na mão, que é possibilitar que a sociedade civil possa colaborar na solução dos seus problemas, possa colaborar nas políticas públicas da cidade, se recusa a aceitar isso, pelo contrário, faz tudo para que isso não aconteça, por que isto? Olha, nós não podemos extinguir fundo nenhum, pelo contrário, nós temos que estruturar os já existentes e criar os novos como, por

exemplo, o fundo do Conselho da Pessoa com Deficiência, que está há anos tramitando por todas as secretarias da Prefeitura e não é encaminhado à Câmara para ser aprovado. Já passou no Senado, passará proximamente na Câmara Federal a criação do Fundo Nacional da Pessoa com Deficiência, que trará recursos grandes para o fundo municipal, se houver, e não é criado. Então, pelo amor de Deus, o fundo da reciclagem é importantíssimo, o fundo do patrimônio histórico é importantíssimo; agora a cultura! Por que que se odeia tanto a cultura neste País? Qual é o mal que a cultura faz para este País? Por que que se tem tanta raiva da cultura? Nós temos que investir em educação, cultura e saúde; nós temos que investir o máximo possível e, certamente, não vai ser eliminando o fundo da cultura que nós vamos resolver esse problema. Ou seja, nós estamos gastando energia, e isso já vem desde o governo Marchezan, aqui, esta tentativa de eliminar com os fundos; com decisões favoráveis a nós pelo Tribunal de Contas do Estado, com, inclusive, penalização a ex-prefeitos, tendo que devolver dinheiro para fundos, dinheiro utilizado indevidamente. E nós continuamos nesta tecla que, se é decisão política, é uma decisão política de quem não conhece a política, porque a decisão política é exatamente o oposto, nós temos que fortalecer os fundos e criar novos fundos, nós não podemos enfraquecer a participação da sociedade civil, nós estamos jogando para o lado a participação importante da sociedade de Porto Alegre. Tenho certeza e espero, ardentemente, que a Câmara de Vereadores não permita este absurdo. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Nelson. O Sr. Antonio Matos está com a palavra.

SR. ANTONIO INÁCIO MATOS: Boa noite, Luiz Afonso; boa noite a todos os presentes, boa noite principalmente aos nossos companheiros da luta da reciclagem, que estão presentes. O Alex já falou, mas têm mais pessoas inscritas. Eu queria lembrar, talvez tu recorde, Luiz Afonso, eu conversei contigo em 2016, quando estava assumindo a vereança, eu provoquei naquela época a

importância de um fundo de reciclagem. Tu me orientou, e eu disse que teria que ser iniciativa do governo e eu disse para ti que eu já havia conversado com o prefeito José Fortunati. A partir daquilo ali eu propus, conversei com o Fortunati, discuti junto com o governo, e o prefeito disse: quando estiver tudo pronto, me traga que eu assino. Conversei com o líder do governo na época – não lembro quem era o líder da bancada – e em 28 de dezembro de 2016, uma sexta-feira, foi aprovado durante a semana, saiu no Diário Oficial, no DOPA, o fundo construído por todas as mãos possível. Esse fundo logo, logo, teve um aporte de recursos onde eu, pessoalmente, me dediquei, ligando muitas vezes para o BNDES, era uma verba do BNDES que, infelizmente, porque a Prefeitura não operou, não cumpriu com a meta assinada pelo BNDES, eles não o repassaram. Eu lembro até o nome da pessoa, era a Luciana, mas, enfim, tinha uma grana boa. Hoje o fundo, e eu quero chamar atenção disso, tem R\$ 1,200 milhão. Então, se nós pegarmos tudo o que está na justificativa deste processo – que parece que amanhã vai ser discutido, às 10h da manhã, na Câmara de Vereadores, junto com outras pautas –, e a minha fala é do fundo municipal da reciclagem, na justificativa tem que ser política pública, porque senão engessa os projetos do governo. Ora, se não é política pública toda verba que tem no fundo. Fala também, uma afirmação meio de não confiança, que o que importa é o interesse público. Como é público? Alguém está com algum problema aí de desvio de verba? Conosco não. Nós temos reuniões mensais toda primeira quinta-feira do mês, há muito tempo, foi na semana passada a primeira quinta-feira do mês, nós aprovamos a aplicação de verbas no fundo para os galpões de reciclagem, aquilo que é um compromisso da Prefeitura, não está em nenhum lugar investido em área privada. Os galpões são públicos, construídos pela Prefeitura. Eu acho que, se a gente olhar, qualquer vereador, amanhã ou quando for votado, o que consta na justificativa, vai ver que o fundo de reciclagem, ele está aprovado 100%. Se tem algum fundo que não tem funcionalidade, daí tem que repensar, mas eu acho uma justiça muito grande voltar ou remeter a nossa verba, construída por nós, para o Tesouro Municipal.

O primeiro parágrafo da justificativa diz que tem que ir para o Tesouro Municipal porque, senão, vai engessar, vai criar a burocracia; ao contrário, todo mundo sabe a dificuldade para quando a gente precisa do dinheiro que tem, que está à disposição, dinheiro público, quando tem legalidade, evidente que o nosso tem legalidade, é a [Lei nº 807](#), ele burocratiza, entregando para o secretário da Secretaria da Fazenda. Encerrando, se o dinheiro vai para lá, como é que fica o nosso conselho, que consta na Lei nº 807, as nossas reuniões mensais na sala 104, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do secretário Léo Voigt? Eu estou, não estou exagerando em nada, simplesmente em cima da leitura da justificativa. Então é isso, e quero encerrar dizendo que fiquei sabendo desse fundo muito rapidamente, estranhíssimo de a gente não ficar sabendo disso, porque nós sempre ficamos à disposição, sempre, quando a frente parlamentar da Ver.^a Cláudia nos chama, a gente participa, propõe ideias, a gente não só faz pressão, mas a gente sempre está junto. Obrigado pela atenção, Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nas nossas audiências públicas, além das falas dos inscritos e das inscritas, nós temos também a possibilidade de os vereadores que estiverem presentes se manifestarem. Então nós colocamos entremeadamente, entre as falas da comunidade, as falas dos vereadores. Saudamos a deputada estadual Sofia Cavedon que está presente conosco. Boa noite, deputada.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Boa noite a todos e todas. Eu, escutando a fala do Nelson, antes do Antonio, achei uma fala muito importante, Nelson, porque lembra que este projeto não é deste governo, este projeto já veio no governo Marchezan. Bom, não vou aqui usar meus cinco minutos em respeito a essa prerrogativa, que deveria ter mais falas e dos limites da audiência pública. A gente sabe que as audiências públicas são um momento de escuta, mas uma escuta que geralmente não altera nada e, muitas vezes,

inclusive, o governo sequer responde perguntas que são feitas em audiência pública. Este projeto é muito simbólico porque é escancaradamente a forma de acabar com a participação popular em Porto Alegre. Vejam que é de lado a lado, a Câmara também fez a sua parte nesse processo no sentido de que aprovou as emendas parlamentares impositivas; então nós, hoje, como vereadores, temos mais recursos do que verdadeiras regiões do Orçamento Participativo. Ou seja, esvazia a participação direta da população e transfere ou para o Executivo, neste caso, ou para o próprio Legislativo, como é o caso das emendas impositivas. Eu digo tudo isso apenas para lembrar que estamos num projeto que não é deste governo, é do governo anterior, e eu faço uma espécie de sugestão para as pessoas que acompanham esta audiência, que cobrem dos vereadores na votação o porquê eram contra o projeto quando o Marchezan era prefeito e agora provavelmente votarão a favor. Talvez um pouco de constrangimento faça com que a gente tenha alguns votos contrários a este verdadeiro absurdo que é acabar com os fundos que justamente revelam a liberdade da participação popular, do controle social, enfim, não preciso fazer nenhuma conceitualização do quão valorosa é a participação popular. Estamos juntos e contamos com apoio de vocês. Nós, da oposição, somos minoria como sempre, como muitos anos, nos últimos 20 anos pelo menos. E a frase do Pedro Ruas é aquela: se depender só de nós, nós lutaremos como nunca, mas perderemos como sempre. Então precisa muito dessa articulação da sociedade para influenciar diretamente os vereadores que podem mudar a sua opinião na votação. Boa noite a todos. Obrigado e um abraço a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Tânia Moraes Farias está com a palavra.

SRA. TÂNIA MORAES: Boa noite a todas, todos e todes. É tanta coisa, e uma coisa que fiquei pensando todo tempo é que a gente passou o dia inteiro hoje ouvindo que amanhã de manhã vai ser a sangria dos fundos de Cultura, vão extinguir 10 fundos de Cultura, e a gente só está discutindo hoje na véspera, o

que provavelmente significa que todo nosso falatório aqui não vai ter valor nenhum para votação de amanhã. Desculpem se eu me emocionar, é que eu sou canceriana, filha de lemanjá e estou, na verdade, um pouco triste até, porque bate uma descrença. Talvez amanhã seja a boiada que vai passar em relação aos nossos fundos, e a única possibilidade de a comunidade discutir a real importância desses fundos e poder dizer para os nossos representantes que nós não acreditamos que essa é uma saída, a gente acredita que isso é um equívoco, é numa reunião que foi chamada pela sociedade civil. Fomos nós, a comunidade, o SATED, Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul, que pedimos essa reunião. E é só porque nós estamos tendo essa reunião hoje que a gente está ouvindo outras vozes dizendo isso, as pessoas ligadas ao movimento dos catadores, porque é importante ouvir essas vozes. Se hoje eu não estivesse aqui, nesta reunião, eu não estaria ouvindo o que pensam essas pessoas. E os nossos representantes precisam ouvir essas vozes, precisam ouvir a minha voz, como trabalhadora da cultura e das artes, que sou, trabalhadora, é isso que eu sou. Nós aqui somos trabalhadores. É preciso conversar conosco para eliminar dez fundos da nossa cidade. E pensando em tudo o que foi dito aqui e todas as pessoas, é uma alegria reencontrar esse camarada que também é um homem de teatro, o Caco Coelho, há muito tempo a gente não se via, e ele citou tão bem o Darcy, e eu queria trazer aqui porque eu fiquei muito pensando sobre isso, vai criar o Fundo Municipal de Segurança Pública, Proteção e Defesa Civil, e, se existem recursos nesses fundos, vão ser levados todos para esse lugar. Eu pergunto, se reciclagem é questão de segurança pública, se ciclovia é questão de segurança pública, se patrimônio histórico e cultural desta cidade é questão da Defesa Civil. Eu pergunto porque isso significa que a gente só vai desabrigar um monte de áreas e a gente não está dando uma solução para isso. E nós estamos vivendo um pós-pandemia, em que, se as coisas estavam difíceis, ficaram muito mais. Então agora é o momento de nós nos fortalecermos, e eu entendo quando o companheiro fala que existem fundos que o movimento é quase zero, porque, na verdade, há muito tempo, não se investe e se preocupa com certas áreas.

Agora é hora de se preocupar com essas áreas, nós precisamos desse movimento de reconstrução e de olhar para a comunidade. A gente está carecendo de um olhar, de um gesto, de uma ação, de um investimento. Então me causa pesar e assombro que nós estejamos acabando com dez fundos que precisariam, para que fossem extirpados – como vão ser provavelmente amanhã, apesar das nossas falas aqui, apesar do que nós pensamos e sabemos sobre cada um deles e a sua real necessidade – que a gente tivesse certeza de que eles precisam ser extirpados, e nós não temos, porque isso não foi discutido com a comunidade. Eu fico pensando, ainda bem que eu ajudei a protocolar esse pedido, porque pelo menos pudemos aqui nos reunir e ouvir a comunidade, em alguma instância. Não parece que foi esse o interesse dos nossos gestores, de ouvir a comunidade, mas eu penso que isso é muito importante. E queria citar o Zé Celso Martinez Corrêa, o nosso Zé, que acabou de partir, grande símbolo da cultura e das artes brasileiras, ele disse muitas vezes, em alto e bom som que “a maior arma contra a violência é a cultura”, e eu acredito e assino embaixo dessa afirmação. Então atentar contra o patrimônio histórico cultural desta cidade é criminoso. Existe uma outra alternativa para a gente acabar com o Fumpahc? Qual é? Antes de acabar, apresentem uma proposta. Eu tenho certeza de que nós estaríamos dispostos a discutir. Quando eu digo nós, refiro-me à comunidade como um todo, dispostos a ouvir essa proposta. Nós pretendemos cuidar, assegurar e proteger o patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre desta maneira, através desse instrumento, dessa ferramenta, mas a gente está tirando uma ferramenta. Acabar com esse fundo é tirar uma ferramenta importante que eu imagino que, para cada área que vai ser afetada pelo fundo que vai deixar de existir, é a mesma coisa, é uma ferramenta possível que vai deixar de existir. E é verdade, nós viemos brigando para que o Fumproarte funcione como ele foi criado para funcionar, estimulando a produção de arte em Porto Alegre, estimulando o pequeno produtor, o artista, os coletivos de arte. O Fumproarte já foi o que há de mais importante de financiamento nesta cidade para as artes. A nossa briga sempre foi ampliar os recursos. Então agora é hora de ampliar os recursos do Fumproarte, e a gente vê que a proposta

inclusive desatrele o valor do Fumproarte, do valor do Funcultura, que garantiu o mínimo de investimento no Fumproarte. Isso significa que, além de extinguir os 10 fundos, ainda vai representar uma punhalada no nosso Fumproarte, que precisa urgentemente ser restabelecido. Então eu não gostaria de passar por esta audiência pública sem compartilhar isso com cada porto-alegrense que está hoje nesta reunião, porque quando eu faço passo os olhos nos 10 fundos, eu penso só que é tudo muito grave, e, por enquanto, aqui não encontrei, em nenhuma fala, algo que justificasse a extinção desses fundos. E lamento profundamente que não haja tempo para discutir isso com a comunidade, porque lamento a minha convicção de que amanhã nós vamos perder esses fundos a despeito da escuta e, para mim, a escuta é um instrumento da democracia. Nós estamos aqui hoje fazendo uma discussão para que haja escuta na chamada Casa do Povo. Enfim, era isso o que eu gostaria de falar. Agradeço a atenção de todas, todos e todes por me escutarem nesta noite.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Tânia. A próxima inscrita é a Sra. Paula Medeiros.

SRA. PAULA MEDEIROS: Boa noite, venho reforçar aqui a questão do fundo da reciclagem. Essa proposta é de outubro do ano passado, eu acredito que trazer ela de volta, minimamente, não passou nem por uma atualização desse documento, porque o fundo da reciclagem está extremamente ativo, e uma das questões que está na justificativa é falar sobre extinguir os que têm baixo ingresso de recursos e que não estão sendo feitas realizações de despesas em relação à movimentação do fundo. Eu acho que faltou uma conversa entre as secretarias, porque é uma vergonha que não se saiba que o fundo de reciclagem está extremamente ativo. Estão aqui membros do fundo, que se reúnem uma vez por mês, que já deliberaram PLs, inclusive, já estão sendo usados os recursos do fundo para a questão de projetos arquitetônicos. Já existem, inclusive, termo de referência, projeto básico e técnico em relação à reestruturação das Unidades de Triagem, e ele entra novamente nessa questão

de ser extinto. É vergonhoso saber que ele sequer é mencionado aqui num momento em que ele está extremamente ativo, é contraditória e vergonhosa uma situação dessas. Precisa ser revisto isso amanhã em relação a essa votação.

A outra proposta dentro dessa justificativa é que, entre outros dois fundos, o da reciclagem seja encaminhado para o Tesouro Municipal. Que acesso vai ter a gente sobre deliberar dentro do Tesouro Municipal, como a gente está tendo a oportunidade de fazer parte do conselho do fundo de reciclagem? Lá estão seis representantes da categoria dos catadores de Porto Alegre que, em parceria com a secretaria municipal de limpeza urbana e outros conselheiros que representam empresas, representam bancos, estão deliberando, desde o ano passado, dentro do fundo, de forma ativa, os encaminhamentos em relação à reestruturação das UTs. Eu não consigo entender em que momento esse texto aqui tem a ver com a situação do fundo de reciclagem. É extremamente contraditório, precisa ser feita alguma coisa em relação a isso. Era isso a minha fala.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Paula. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Realmente, nós ficamos muito surpresos na medida em que o governo atual puxa esse projeto de lei, já apresentado no governo anterior. Na época, já teve uma enorme rejeição o fato de ele querer acabar com os fundos, e o governo atual reapresenta o projeto de lei que extingue, vamos dizer assim, 10 fundos, mas tem dois que eu daria uma atenção muito especial e vou me comprometer a fazer duas emendas. Os dois principais para mim, e vejo que a maior parte dos que estão presentes estão falando, é com relação ao incentivo à reciclagem, que fala de toda essa reestruturação trazida pelos companheiros e companheiras que estão falando, e ao patrimônio histórico e cultural. Nós percebemos que já há uma política discutida dentro dos conselhos, e que, por sua vez, esses recursos dos fundos são de extrema importância, como, por

exemplo, no Fundo Municipal do Idoso. No Conselho Municipal do Idoso, se discutem as políticas públicas, como pode acontecer aqui, nos conselhos que tratam dos fundos, para deliberar as políticas públicas, coisa que o Matos também abordou. O Fundo para Implantação do Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana, vou ler aqui todos aqueles que estão sendo excluídos: o Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário; o Fundo do Conselho Municipal sobre Drogas, fundo do Comad; o Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e Inserção Produtiva de Catadores, que é o que eu falei; o Fundo Municipal de Fomento ao Turismo; o Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento Previdenciário; o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia; o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural; o Fundo Municipal de Segurança Pública e o Fundo Municipal de Defesa Civil. O governo pega, se apropria desse recurso trazido pela sociedade e coloca num caixa único. Isso é o maior escândalo, isso é o maior absurdo que o governo está fazendo, se utilizar de recursos doados pela população ou por empresas para tratar da temática para a qual contribuiu; agora o governo está, em tese, se apropriando dos recursos. Nesse sentido, a oposição, que já vem discutindo esse assunto e sendo contrária à exclusão desse fundo, amanhã não só apresentará emenda, mas estará debatendo com os vereadores da base do governo para poderem recuar. É lamentável que o governo, que tem tantas matérias preocupantes, agora queira se apropriar de um fundo. Se nós observarmos, no final de 2022, o governo fechou o ano com um superávit de R\$ 700 milhões em caixa e caminha para uma direção nesse sentido, de fechar o ano com um superávit enorme. Há necessidade de excluir os fundos? Não. É por isso que nós vamos amanhã debater e contamos com todos os cidadãos e cidadãs lá presentes, para demover essa ideia do governo, que nós todos condenamos, com certeza. Um forte abraço, obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Daniel Gomes está com a palavra.

SR. DANIEL GOMES: Boa noite a todas e todos: Luiz, parlamentares, Presidente Hamilton, deputada Sofia, Ver. Oliboni e demais participantes desta audiência. Hoje eu não falo aqui enquanto o assessor desta Casa, mas enquanto militante da área da cultura que tem lutado muito para essa causa nos últimos tempos, e o que a gente tem visto é um desmonte das políticas culturais nos últimos anos. Quando o nosso colega da Fazenda aponta que é uma escolha do governo quais políticas públicas a serem adotadas e é apresentado este projeto, é dito que a mobilidade urbana, com as ciclovias, não é importante; que a política de reciclagem e educação ambiental não é importante; que a preservação do patrimônio histórico e cultural na cidade não é importante; então é uma escolha política, uma política de gestão governamental.

Sobre o patrimônio cultural, temos que apontar que a gestão da cultura está desmontada, a Epahc conta com dois, três servidores, e não podemos aceitar a desculpa de que não é usada a verba. Ações, necessidades, há na cidade. Dou apenas um exemplo: a obra da escadaria da João Manoel, que foi totalmente descaracterizada, onde, após o acidente que houve, botaram meia dúzia de tijolos, jogaram uma tinta em cima e dizem que é restauração. Como assim? Agora vão botar o Fumpahc junto com o Funcultura? São ações diferenciadas! É essa sensibilidade política de gestão que tem que ter na cidade. Vamos continuar nessa luta, e contem conosco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A deputada Sofia Cavedon está com a palavra.

SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada. Querido Luiz Afonso, superabraço para ti; meu abraço ao Presidente Hamilton, da Câmara, por estar escutando a sociedade; meu abraço aos vereadores Oliboni e Sgarbossa, vereadores e vereadoras que talvez eu não saiba da presença, e principalmente a vocês, queridas e queridos lutadores sociais, porque quem está presente aqui sabe a importância dessa luta, sabe que esses fundos nasceram de luta, de lutas

setoriais, de necessidade de financiamento dessas lutas, e recursos que são gerados por esses setores. Essa voracidade, essa vontade de passar para o caixa único a gente já enfrentava lá, quando eu ainda era vereadora; acho que está um pouco exagerado esse tratar todos os fundos de maneira igualitária, Presidente, e o que eu percebo – claro, não quero aqui me imiscuir no andamento da Câmara – é que é possível uma mesa de negociação, compreendendo a função de cada fundo, porque se um fundo não é movido é porque o governo não realiza política, pode ter certeza. Aqui já foram dados vários exemplos, mas eu poderia me remeter à cultura, quantos grupos de cultura, quantos espaços culturais precisando de equipamento, precisando ser revitalizados? Olha a nossa Companhia de Arte, gente! Patrimônio cultural, ali na Andradas, que vai ser vendido por falta de manutenção, porque os artistas mal e mal conseguem sobreviver com o ingresso, com o seu espetáculo, imaginem sustentar um edifício com problemas estruturais, com elevador, enfim. Então faltaram ali a presença e o financiamento do governo municipal, e a gente está perdendo um teatro que é histórico, que é patrimônio, o teatro da Rua dos Andradas, da Cia de Arte – quantos espetáculos de teatro assisti lá, Tânia! A cidade vem só perdendo, porque há um desrespeito com os processos históricos; para mim, botar a mão nos fundos é um desrespeito com os processos históricos. Eu poderia falar dos galpões de reciclagem: gente, todos eles precisam de reparo, as pessoas vivem em situação de trabalho penoso, com chuva nas costas, com falta de prensa, de condições mais dignas para fazer um trabalho fundamental como a reciclagem. Então eu queria também me somar ao apelo dos vereadores da oposição, ao Presidente Hamilton, que retire da votação, que argumente ao governo que é preciso fazer uma mesa de negociação, porque esse dinheiro não é um dinheiro exatamente do governo, é um dinheiro da sociedade, da luta da sociedade. Principalmente, eu encerro, eu sei que esgotei o meu tempo, neste momento em que o governo federal está abrindo políticas em todas as áreas e que vai fazer transferências fundo a fundo. Hoje está encerrando o período da inscrição da Paulo Gustavo, que maravilha, no Estado do Rio Grande do Sul, nós temos com 97% dos municípios, Porto

Alegre está recebendo o seu fundo: R\$ 11 milhões para a cultura. Então, agora nós vamos recuar, quando o Município tem que avançar, que é o momento do Brasil, de um estado presente, que vai estar presente no patrimônio cultural. Vai ter política específica para os catadores e as catadoras. Não dá para Porto Alegre retroceder quando a gente fez essa grande conquista no Brasil. Em algum momento, devo acompanhar amanhã a Câmara e espero que vocês consigam sensibilizar o prefeito e o líder do governo a retirarem essa votação e abrirem um diálogo verdadeiro com a sociedade. Um grande abraço.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, deputada Sofia. Agora, a próxima inscrita é a Sr. Patrícia Mello.

SRA. PATRÍCIA MELLO: Boa noite a todos e todas, prazer te ver, Sofia, e todos os vereadores e vereadoras, e colegas de luta e de profissão. Meu nome é Patrícia Mello, eu sou da Associação dos Músicos da Cidade Baixa, quer dizer, agora nós trocamos de nome: Associação de Músicos da Cidade de Porto Alegre – AssomPoa.

Bom, muitas falas aqui que me antecederam já contemplaram bastante o que eu ia falar. No entanto, eu reforço e concordo muito com a fala do Daniel, que é uma questão de escolha política, esse tipo de gestão. E não é de hoje que esse desmonte vem se dando. Então, o Fumproarte, por exemplo, tem projetos que aconteceram em 2016 e que nunca foram pagos, ficaram pela metade ou não foram pagos, já veio mingando. Então, a gente vê que é uma política de destruição total. Em 2019, teve aquela [Lei Complementar nº 869](#) de 2019, que o Marchezan propôs, ali já começou um desmonte também enorme, acabou com o Fundo Monumenta – não é Jacque? –, entre outros ali, e colocaram a possibilidade, inclusive, de utilizarem até 90% de verbas de outros fundos para pagamentos de despesas da Prefeitura, inclusive precatórios, multas, enfim, várias coisas. Aquilo ali já foi uma facada nas costas, isso que eu estou falando é só na cultura, que é a minha área de atuação, de militância, certamente não foi só na cultura que isso aconteceu, mas falando especificamente da minha

área, da nossa área. Então é muito fácil chegar e dizer que os fundos não funcionam, quando não há uma gestão eficiente. Aliás, deliberadamente ineficiente, porque, justamente, com essa cultura, com essa política de destruição, para poder justificar uma exclusão. Então isso é uma escolha política do governo, entende? Então só temos que ver uma coisa: assim como a Sofia bem lembrou a questão dos fundos, nós aqui, da cultura, temos o Sistema Nacional de Cultura, então são os sistemas federal, estadual e municipal. Nós estamos em pleno vapor aí, há a Paulo Gustavo que está chegando, a Lei Aldir Blanc 3, que vai durar cinco anos, tem também aquele edital lá da Secretaria da Cultura do Estado, que é de coparticipação com os municípios, que também é fundo a fundo. Então, vejam, como é que, no meio de toda essa construção que foi feita a milhares de mãos, junto ainda com toda sociedade civil, com os governos – enfim, não é uma luta fácil, mas é uma construção coletiva –, daqui a pouco, deliberadamente, fala-se: “Vamos extinguir os fundos”? Não é assim! Gente, a nossa Constituição é uma constituição social, democrática, ela é social, é uma constituição cidadã! Então, quem tem primor por um estado mínimo, está agindo de uma forma totalmente contra o que demanda na nossa Constituição. Nós temos uma população gigantesca continental que já vem totalmente sofrendo pós-pandemia, com dificuldade de trabalho, e não falo só da área cultural, falo a população como um todo. Então chegar num momento sem diálogo algum, dizer: “Ah, vamos, então, extinguir tudo, porque nada funciona”. Mas aí esse dinheiro vai entrar e vai ir para onde?

Então, eu reforço o pedido da Sofia, Presidente Hamilton, que tenha esse cuidado amanhã, porque não houve essa possibilidade de diálogo com a sociedade civil. Nós estamos tratando de fundos importantíssimos; estamos tratando de vidas, de direitos sociais, direitos culturais e direitos humanos também, porque muitas pessoas vão ficar mais desamparadas do que já estão. Era isso, muito obrigada e boa noite a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sra. Patrícia, próxima inscrita e última, Sra. Núbia Vargas.

SRA. NÚBIA VARGAS: Boa noite a todos a todas, espero que estejam me ouvindo. Bom, gente, hoje nós tivemos um dia do cão, pois eu tomei um choque trifásico, porque uma telha da unidade caiu, por causa do temporal, porque nós não temos recursos para poder manter as estruturas do prédio, porque a gente presta um serviço gratuito para a população de Porto Alegre, sendo que os governantes não enxergam o nosso trabalho e acham que, todos os dias, a gente tem que fazer essa triagem gratuita. Os preços dos materiais no mercado estão caindo, a gente está pagando para trabalhar: dívidas atrás de dívidas. A gente não consegue nem sequer manter o salário dos cooperados, que chega a R\$ 600,00 por mês. Não temos condições mais nenhuma de sobreviver, a gente está trabalhando gratuitamente para a população de Porto Alegre, convivendo com a má-educação dos cidadãos, tendo que ainda se responsabilizar pelo índice de rejeito, o qual a cidade produz e traz até as unidades. Eu fico muito triste em ouvir e ter que estar participando desta audiência, onde eu enxergo que a gente parece um bando de palhaços aqui, gente; de boa mesmo. E vocês estão muito calmos por isso. Entendem? Parece que a gente é usado para se fazer toda uma movimentação, todo um trabalho, todo um planejamento, com muitas mãos, muitas ideias. Cria-se um fundo e, depois, esse fundo, na prática, é quase que roubado, assim, na cara de pau, “já era pra vocês!”, “perderam!”, “é nosso!” É palhaçada, isso, gente! Pelo amor de Deus! Porto Alegre está retrocedendo. Eu fico muito triste de chegar aqui e ter que fazer essa fala. A minha indignação já é um fator da necessidade que a gente vive dentro das unidades de triagem, da gente ter que estar ouvindo isso. Fundo tem que ser construído como política pública, e se troca o governo e não se mexe naquilo lá; investe, aumenta, melhora! Por que só quando se quer ser utilizado esse valor em questão de necessidade de quem fez a construção com a população, não se pode mexer? Aí, quando o governo quer resgatar é livre! Aí o dinheiro aparece, aí fluem as coisas. Isso é palhaçada, gente, pelo amor de Deus! E eu falo com extrema indignação, pela necessidade que hoje a gente vive nas unidades de triagem. Eu sou filha de catador, sempre foi esse o trabalho do meu pai. A gente iniciou

na cooperativa trabalhando porque veio uma lei para a retirada da tração animal de dentro da cidade. Automaticamente, aprendemos a conviver em conjunto, em cooperativismo. E hoje eu vejo que parece que é uma coisa assim tão fora, tão na contramão. Eu me sinto tão idiota estando aqui, sabem? Tão idiota eu me sinto estando aqui e tendo que discutir isso. Chega! Até quando a gente vai aguentar isso? Até quando, gente? Ou a gente não tem poder de nada, de decisão? É assim? Vão lá, pegam, mexem, fazem e acontecem? Avisam só quando está em cima do laço, quando está na véspera, quando a gente não pode fazer nada, nem gritar, nem se movimentar, nem sentar numa mesa, nem discutir. “Não, espera aí! Vamos lá, vamos conversar e ver o que que está acontecendo.” Porto Alegre é uma cidade altamente sustentável, ela consegue se manter, sim, financeiramente; basta eles terem uma visão maior, eliminar contratos milionários, sem necessidade nenhuma, que existem dentro do governo. Na nossa situação... O que são aqueles contêineres de material lá, que colocam para orgânico? O que é aquilo lá? Quanto se gasta? As unidades, dentro dos contratos milionários que a Prefeitura tem, são uma vergonha. Porque a cooperativa ganha R\$ 6 mil para se manter. O custo do prédio é de R\$ 12 mil. A gente tem que tirar dinheiro do nosso ganha pão, tirar dinheiro da nossa comida, do que a gente tem que botar em cima da mesa para poder manter, para a gente poder ter trabalho. Então, é uma vergonha. A gente reduz toneladas e toneladas de rejeito, o nosso índice de rejeito é um dos menores dentro do DMLU. A gente se dedica! Mesmo que a matéria valha R\$ 0,05, a gente se dedica. E aí, hoje, com extrema tristeza, eu venho aqui desabafar. E, sabem, eu vejo a gente tão coagido, sendo educado em falar. Chega num momento em que a gente está assim ó: “Eu não aguento mais!” Eu não aguento mais, sabem? Tenho vontade de ir lá e me acorrentar na frente da Prefeitura, sei lá fazer o quê. Só que eu acho que está muito parado, gente. Na boa mesmo, estão simplesmente fazendo o que querem, sabem? E eu acho que não dá para ficar assim. Desculpem se eu ofendi, se eu fui um pouco... Mas estou extremamente indignada. Então, têm que permanecer os fundos, temos que lutar por isso. E fundo é uma coisa que tem que ser construção pública. Não dá para achar que,

se troca governo, ele decide que vai pegar porque precisa para isso, para aquilo. Não existe isso, gente! Pelo amor de Deus! Então, quer dizer que não valeu de nada o trabalho de nenhum de vocês? Foi perda de tempo? A minha indignação é essa. Desculpem. Eu sou a Núbia, sou assim mesmo, meio maluca, mas eu estou falando de coração. É isso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Sra. Núbia. Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, nós vamos nos encaminhar agora para as considerações finais. Inicialmente vamos passar a palavra para o Sr. Hamilton Leite, representante do SATED, por cinco minutos. Por gentileza.

SR. HAMILTON LEITE: Eu acredito que o que a gente viu hoje à noite, o que a gente está conversando aqui, é que os fundos são extremamente importantes para a sociedade civil, seja para a reciclagem, seja para a ciclovia, seja para as artes cênicas, seja para o Fumproarte. Porque há papéis, ou um papel, que a Prefeitura - o Executivo - não consegue fazer. E tem um papel em que a sociedade civil participa desse fato e faz isso. Isso é extremamente importante. Eu acho ótimo hoje a gente conversar. Infelizmente, eu só acho ruim a gente conversar hoje, através de uma forma virtual e não presencial, e amanhã vai ser votada a forma de como esses fundos vão morrer em Porto Alegre. E, eu concordo com a camarada que falou há pouco tempo, como assim? São questões técnicas somente? São questões em que só a Prefeitura agora quer isso... Não! Existe uma questão, e nós temos que conversar com a sociedade. Isso é importante. É extremamente importante. A sociedade faz muito mais papel de várias questões, tanto cultural quanto... (Problemas de conexão)... não é o Executivo... (Problemas de conexão.) ...Quando a gente retira os fundos, a gente retira o papel da sociedade civil. Eu concluo aqui, e espero que tenham o bom senso de não votar amanhã de manhã, porque já está marcado para amanhã de manhã, para a gente sentar, conversar e fazer, e ver como a gente pode arrumar esses fundos que são extremamente importantes para a sociedade de Porto Alegre.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Hamilton. Agora, com a palavra, o Sr. Marcelo Fernandes, da Secretaria da Fazenda, por cinco minutos.

SR. MARCELO FERNANDES: Inicialmente eu gostaria de fazer uma saudação aos parlamentares que não estavam no início da minha fala, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Aldacir Oliboni e Dep.^a Sofia Cavedon; eu queria só fazer um dos apontamentos que eu pude realizar aqui nas manifestações, fazer uma rápida, uma brevíssima retomada, só pra ver se eu não esqueci de nenhum detalhe ou se deixei passar alguma coisa importante. Então o Sr. Caco Coelho e a Sra. Jaqueline Coelho reforçaram a questão da necessidade dos fundos né, e manifestaram contrariedade à questão de os recursos estarem retornando ao Tesouro. Em uma outra linha, o Sr. Alex Cardoso teceu considerações acerca de carências relativas à participação social que a extinção de fundos pode trazer, a questão do desincentivo à cultura, a desatenção às cooperativas, sobre se haveria um desprestígio à participação popular; e, por fim, o Sr. Alex Cardoso também teceu comentário sobre as dificuldades e os gargalos existentes no trabalho e na operacionalização dos fundos. Nessa mesma linha, o Sr. Daniel Gomes também teceu comentário sobre o desmonte das políticas públicas que a extinção dos fundos representa e que isso seria uma escolha política. A Sra. Patrícia Mello, da Associação dos Músicos de Porto Alegre, destacou que a questão do não funcionamento que culmina na extinção dos fundos viriam de uma gestão ineficiente e que também seria uma escolha política, e que estaria em contrariedade aos ditames de uma constituição cidadã como a brasileira. Nessa mesma linha, a Sra. Tânia Farias também anuiu com a questão de que os fundos estariam com baixa movimentação, porque entende que estariam sendo alvo de baixa atenção e pouco cuidado com os fundos. Na mesma linha o Sr. Nelson Khalil também citou as dificuldades na operacionalização do trabalho dos fundos, e o Sr. Nelson Khalil inaugurou também uma argumentação quanto à indignação sobre a extinção dos fundos, principalmente relativo à

cultura e à reciclagem. A Sra. Núbia Vargas também falou dessas dificuldades e que tais fundos relacionados à cooperativa não deviam ser extintos, mas reforçados. O Sr. Antonio Inácio Matos também seguiu a linha de que a extinção dos fundos afeta as políticas públicas e não visa o interesse público, manifestando contrariedade quanto à questão do retorno dos recursos pro Tesouro, que antes era vinculado aos fundos. Por fim, a Sra. Paula Medeiros também reforçou bastante a questão de que os fundos estariam ativos e pede que se verifique a situação, manifestando contrariedade quanto a questão dos recursos dos fundos. Se eu não esqueci nenhuma manifestação, se eu esqueci alguma eu peço desculpas, mas novamente reforçando que a minha manifestação aqui é puramente técnica – cumprimento o Ver. Roberto Robaina –, é puramente técnica, e eu só, então, quanto às questões políticas, eu não posso me manifestar, não estão dentro das minhas competências, mas, quanto às questões técnicas, eu gostaria de reforçar que isso é um dispositivo de lei de criação dos fundos, se eles não tiverem a movimentação dentro dos três anos de suplementação da sua criação, ou nos três últimos exercícios, eles se qualificam em uma hipótese de que podem vir a ser extintos; essa extinção, ela não é obviamente um ato vinculado, ele depende de uma verificação técnica também, o nosso órgão de controladoria faz uma auditoria nos fundos, verifica a situação contábil e financeira, isso é submetido aos representantes do povo, é submetido aos parlamentares que fazem uma lei de extinção desses fundos, e tudo dentro de padrões e procedimentos que são adotados, inclusive cópia da legislação federal e estadual dos seus fundos. Então Porto Alegre não inova nesse sentido. Eu só queria reforçar, quanto à questão do Tesouro, sobre algum desconforto de os recursos estarem indo para o Tesouro. O recurso que vai para o Tesouro obviamente fica sujeito à programação financeira e orçamentária, conforme Lei Orçamentária Anual e leis orçamentárias; todo ano representantes do povo também votam, escolhem o destino dos recursos públicos. O próprio Ver. Marcelo Sgarbossa citou a questão das emendas impositivas. Tem a questão do Orçamento Participativo, e eu colocaria um item a mais, supondo que – e eu faria esse exercício com os senhores e com as senhoras – haja alguma

situação de um fundo ora extinto, mas aquela atividade necessite de algum recurso, também a lei prevê uma hipótese de um recurso orçamentário extraordinário, que a lei orçamentária chama de créditos adicionais, que podem ser usados ou para criar uma despesa que não foi prevista, ou para reforçar uma despesa prevista, mas que é insuficientemente dotada no início da votação da lei orçamentária. Então, nesse sentido, eu gostaria de manifestar que tecnicamente a questão da extinção dos fundos tem seguido o rito normal e, obviamente, amanhã vai ser dada a questão das discussões para entender o que os representantes do povo têm a deliberar sobre esse aspecto. Mas, tecnicamente, não há óbice à questão da extinção desses fundos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Marcelo, desculpa eu só poder ter chegado agora, eu estava numa mobilização, numa luta de moradia. Mas pelo que eu vi, estás representando... Na verdade, o governo está com a representação técnica na audiência. E eu fiquei preocupado porque o movimento cultural estava todo reivindicando uma audiência presencial. Nós já terminamos, não precisava ser *online*. Eu não sei, Marcelo, se tu podes transmitir..., pelo que sei, a questão dos fundos é o terceiro projeto amanhã pela manhã. E é óbvio que nós vamos fazer um movimento para tentar retirá-lo da pauta, porque não teve uma discussão suficiente. Eu lamento que o governo não tenha realmente valorizado uma audiência pública. Eu não consegui estar presente em toda ela, mas, se tem sentido uma audiência pública é para que as pessoas possam ser escutadas e, pelo que eu sei, aqui, inclusive, ninguém está a favor disso, e aí amanhã se reúnem os vereadores e votam a favor; são umas coisas aqui eu não sei se tu tens como nos ajudar e transmitir esse informe, porque realmente, fazer uma audiência pública só para cumprir a lei, eu acho feio.

Então queria fazer essa manifestação porque eu acho que é importante para que a gente não esvazie o significado de audiência pública. Em tese, audiência pública é para que a sociedade seja ouvida e, pelo que eu entendi, todo mundo está se manifestando contra, e amanhã de manhã vão lá e votam a favor. Realmente eu não acho que os representantes do povo simplesmente sejam os

36 vereadores, eu acho que a coisa é mais complexa e por isso que temos audiência pública, não é? Para que o povo também tenha alguma oportunidade de se manifestar. Só que, quando não tem vereador ouvindo o povo, o que eles vamos fazer? Então queria manifestar esse meu descontentamento, na verdade. Eu sei que tu tens um papel técnico, mas te cabe esse papel de finalizar a reunião, então eu não queria que ela fosse finalizada sem manifestar esse meu desconforto. Obrigado, Marcelo, desculpa o incômodo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Robaina. O Sr. Marcelo Fernandes está com a palavra.

SR. MARCELO FERNANDES: Novamente, eu louvo e respeitosamente acolho os argumentos dos senhores, das senhoras, dos excelentíssimos parlamentares. E eu só queria então, de repente, principalmente para... Eu acho que foi a Paula Medeiros que mostrou contrariedade quanto à questão dos fundos da reciclagem, informando que eles estariam em plena atividade. O que pode ser solicitado à Prefeitura é cópia do expediente administrativo que está fundamentando a extinção desses fundos. E ali vai ter todos os apontamentos, os achados de auditoria que fizeram a constatação do que a lei prevê como requisito para a extinção desses fundos, isso pode ser solicitado. E, a partir dali, de repente, sirva até como instrutivo para que em outros fundos se saiba qual atitude tomar para que seja evitada uma situação como essa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado. Marcelo. O Sr. Presidente Hamilton Sossmeier está com a palavra para encaminhar o encerramento da audiência.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Sr. Luiz Afonso. Quero aqui agradecer representante do governo, os representantes das várias entidades, os vereadores, a deputada Sofia. Estou vendo aqui o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Roberto Robaina, o Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver. Marcelo

Sgarbossa, não lembro quem mais quem esteve presente. Eu agradeço de coração a presença de todos e as ponderações. Desejo a todos uma boa noite.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vamos tirar amanhã dessa pauta, Hamilton, por favor, vamos tirar isso aí da pauta amanhã. (Pausa.) Deixa para o segundo semestre, pelo amor de Deus, tu és o Presidente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tira da pauta, tira da pauta.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tira, retira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.) ... vou conversar com o líder do governo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Retira!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos lá!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Retira!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos lá, Hamilton.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, contamos com o senhor para retirar da pauta amanhã. Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Retira e vamos conversar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos conversar mais um pouco.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Estamos contando contigo, Sossmeier, vamos lá, vem com a gente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós precisamos conversar mais sobre isso tudo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Câmara é para conversar, nós temos que dialogar muito sobre isso ainda. Retira, Presidente. Um abraço a todos. Boa noite.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Amanhã, todo mundo na Câmara, acordar cedo, vamos lá pressionar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos lá para conversar. Amanhã, às 10h. Antes, das 10h, para conversarmos. Para retirar, negociar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a audiência pública às 20h32min.)